

O último cartucho

JOELMIR BETING

Os bancos americanos admitem conversar sobre a renegociação plurianual da dívida brasileira, na mesma linha do reescalonamento obtido recentemente pelo México e pela Venezuela. Essa renegociação, todavia, terá de aguardar a posse do novo Governo, carregado de intenções mudancistas em matéria econômica.

Em resumo, esta é a posição do comitê de 14 bancos internacionais que representa os 812 credores do Brasil nos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. O presidente do Comitê Interbancário, William Rhodes, do Citibank, aguarda para dezembro o esquema de reescalonamento tido como "razoável" pelo Brasil e "factível" pelo FMI.

O projeto brasileiro vai reprogramar todos os vencimentos até 1990, envolvendo compromissos da ordem de US\$ 49 bilhões entre juros e amortizações. E mais: sugere um teto para os juros de mercado e solicita a reabertura das linhas de crédito, bloqueadas desde 1982.

A demanda brasileira é tecnicamente tolerável pela comunidade financeira. Quinta-feira, em Nova York, Affonso Celso Pastore disse que "estamos pedindo por baixo", na condição de bom risco e de devedor bem comportado. O ideal estaria na conquista de uma carência de até três anos para o principal e para pelo menos metade da pirotécnica massa de juros.

O programa que será levado ao comitê presidido por Rhodes segue as rotinas bancárias, vincula o reescalonamento da dívida ao saneamento da economia e reválida o "visa" do FMI como auditor de confiança dos bancos nas contas do Brasil. O esquema nada tem de moratória negociada, muito menos de renegociação política.

O aspecto político está na fé pública que os credores colocariam no futuro Governo brasileiro: os compromissos renegociados ou pelo menos encaminhados pelo Governo Figueiredo seriam honrados, ao pé da letra, por um Governo Tancredo... parece que foi exatamente isso o que William Rhodes ouviu há duas semanas, de um certo Hélio Garcia, que ele nem se quer conhecia.

Aqui no Brasil, a dívida externa passou a semana no liquidificador diplomático da Organização dos Estados Americanos. O chamado Grupo de Cartagena, que reúne os 11 maiores devedores da América Latina, retomou o discurso da contestação mas não avançou no recurso da negociação — em bases políticas, não.

A "voz do dono" falou: os devedores podem e devem honrar os compromissos nos prazos contratados e a juros de mercado, sentenciou o Secretário de Estado, George Shultz. Aliás, um financeiro profissional vestido de Chanceler americano.

Para Shultz, a América Latina endividou-se em excesso, gastou mal a poupança alugada, executou projetos não prioritários, dificultou o ingresso dos capitais de risco, deixou-se empolgar por administradores incompetentes...

Aqui no Brasil, a dívida externa passou a semana no liquidificador diplomático da Organização dos Estados Americanos. O chamado Grupo de Cartagena, que reúne os 11 maiores devedores da América Latina, retomou o discurso da contestação mas não avançou no recurso da negociação — em bases políticas, não.

A "voz do dono" falou: os devedores podem e devem honrar os compromissos nos prazos contratados e a juros de mercado, sentenciou o Secretário de Estado, George Shultz. Aliás, um financeiro profissional vestido de Chanceler americano.

Para Shultz, a América Latina endividou-se em excesso, gastou mal a poupança alugada, executou projetos não prioritários, dificultou o ingresso dos capitais de risco, deixou-se empolgar por administradores incompetentes...

Depois do sermão, a sugestão: maior austeridade na gestão da coisa pública, maior liberdade para o capital estrangeiro, maior agilidade na reforma econômica.

Sobre o impasse físico da dívida já assumida: adoção de incentivos fiscais e cambiais para a conversão da dívida em capital ou do financiamento em investimento, credores convertidos em sócios ou em donos, se preciso.

A proposta de Shultz nada tem de original no plano técnico, nada

tem de viável no plano político. A idéia é tão antiga quanto os empréstimos bancários além-fronteira, invenção do século passado. O problema, sobre ser politicamente abrasivo, está numa verificação elementar: os devedores e os credores rejeitam solemnemente essa proposta ressuscitada.

Do lado de quem deve, o endividamento contábil seria substituído pela desnacionalização física. Por hipótese do absurdo, que tal imaginar os US\$ 100 bilhões da dívida externa convertidos por decreto, em "participação acionária" dos bancos e das múltis nas empresas brasileiras, estais no meio?

Uma Itaipu Binacional, caso raro, deve perto de US\$ 4,5 bilhões com um capital social de apenas US\$ 100 milhões...

Do lado de quem enterrou US\$ 350 bilhões na economia desarrumada do Terceiro Mundo, a conversão da dívida em capital só teria alguma consideração a nível de "exame da proposta" se os governos dos países endividados assumissem o compromisso, amarrado em tratado, de uma fulminante transferência das vantagens da remessa de juros para a remessa de lucros. E mais: com isenções fiscais, com facilidades de royalties, com reduções tarifárias com favores cambiais e até com cassação sumária da reserva de mercado em informática...

Ainda assim, os bancos titulares do risco dificilmente aceitariam a "capitalização" dos empréstimos, pois tal expediente resultaria na morte da galinha dos juros de ouro. A dívida é usina de juros e, nos últimos quatro anos, juros altamente positivos. O aluguel do dinheiro sem bandeira dá mais lucro líquido que fabricar automóveis, cultivar alimentos ou licenciar computadores.

Acabar com a dívida é acabar com a multiplicação do capital sem trabalho, na base do pecunia parit pecuniam. Banqueiro, por definição, não é burro.

Por último, a constatação: a conversão da dívida em capital já está ocorrendo, naturalmente, discretamente, indiretamente, no México, na Venezuela, na Argentina, no Brasil.

De que maneira? No caso brasileiro, pela "compra" do crédito ou da posição (do banco) pelas multinacionais que atuam, internamente, na economia brasileira. O Banco Júpiter tem a repatriar desde o Brasil, um principal de US\$ 250 milhões nos próximos 12 anos. Então ele oferece esse crédito à múlti Esparta, que realiza investimentos diretos no Brasil, por 80 por cento do seu valor

— desde que a múlti faça o pagamento à vista em cash.

Resultado: o banco zera a posição, assume espaço para realizar novos empréstimos ao Brasil dentro dos seus limites técnicos (e políticos), reencaixa à vista um retorno de 12 anos, ainda que abrindo mão de um quinto do valor nominal a múlti internaliza um investimento de US\$ 250 milhões, "comprado" por US\$ 200 milhões. Além do desconto de 20 por cento oferecido pelo banco, um abatimento de dez por cento do valor aplicado (por conversão de dívida) no Imposto de Renda a pagar no Brasil (Decreto-Lei 1.994).

Na estimativa de Affonso Celso Pastore, esse tipo de conversão, desde o "setembro negro" de 1982, aproxima-se do primeiro bilhão de dólares. Sem contar a conversão direta dos bancos em suas filiais brasileiras. Ou através destas, em empresas brasileiras de qualquer ramo.

Inclusive, criação de bois em Mato Grosso.